ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Camilo Martins - Carlos Humberto – Carolline Sardá - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Krelling - Jair Miotto – Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Lucas Neves - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta – Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark – Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Neodi Saretta – Oscar Gutz – Padre Pedro Baldissera – Paulinha - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães – Sergio Motta – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Fernando Krelling

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

****

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Iniciou o seu pronunciamento manifestando incompreensão diante do apoio de catarinenses a posições políticas de esquerda, especialmente por meio do voto no número 13. Relacionou essa crítica às manifestações realizadas em Joinville e afirmou que, em sua avaliação, parte da população estaria apoiando medidas contrárias aos interesses econômicos do próprio Estado.

Relatou a situação da rodovia BR-280, destacando que a licitação havia sido suspensa pela terceira vez, mencionando o valor de R$ 418 milhões associado à obra. Segundo o deputado, a demora prejudica o transporte de cargas, a ligação com o Porto de São Francisco do Sul e a economia da Região Norte de Santa Catarina. Também afirmou

que o problema se prolonga desde 2022 e que a precariedade da rodovia provoca deslocamentos de até três horas, desvalorização imobiliária e venda de imóveis por moradores que enfrentam dificuldades de acesso.

Criticou a existência de cobranças de pedágio na entrada e na saída de Joinville, considerando incoerente que moradores apoiem uma situação que, em sua avaliação, impõe custos adicionais à população e prejudica a cidade. Ressaltou que sua abordagem pretendia ser econômica e não ideológica, defendendo que as decisões políticas fossem avaliadas pelos efeitos sobre a arrecadação, a atividade produtiva e o patrimônio dos catarinenses.

Outro ponto central foi a crítica ao chamado *split payment*, apresentado como uma nova forma de recolhimento de tributos prevista para entrar em funcionamento em 1º de janeiro de 2027. O deputado argumentou que o mecanismo poderia reduzir imediatamente o valor disponível para pequenos empreendedores, como vendedores de pipoca, lavadores de carros e proprietários de pequenos mercados, comprometendo suas margens de lucro e sua capacidade de manter as atividades.

Na sequência, questionou os efeitos da reforma tributária sobre Santa Catarina. Argumentou que o Estado é fortemente produtor e exportador de bens, como frango, proteína animal, produtos metalmecânicos e itens da indústria plástica, mas que parte significativa do consumo ocorre em outros estados ou países. Por isso, avaliou que a concentração da arrecadação no local de consumo poderia prejudicar Santa Catarina e deixar o Estado em situação financeira desfavorável. Também atribuiu a formulação da reforma aos interesses de São Paulo, estado que, segundo sua avaliação, produz e consome internamente em maior escala.

Criticou também a abertura e a manutenção de empresas no país, afirmando que o ambiente econômico e tributário desestimularia a criação de CNPJs. Em contraposição, mencionou o crescimento da procura por concursos públicos, mas ponderou que os salários e serviços públicos dependem dos

impostos pagos pela sociedade. Alertou, assim, para o risco de um ciclo de pobreza caso a população e as empresas deixem de dispor de recursos para movimentar a economia e financiar o Estado.

Por fim, contestou a ideia de que os recursos arrecadados pertenceriam ao Estado ou aos governantes. Defendeu que o dinheiro é, originalmente, da população e que o poder público administra apenas uma parcela dele para oferecer serviços e benefícios. Com essa consideração, encerrou sustentando que a compreensão básica da administração pública exige reconhecer a origem dos recursos e os impactos das decisões tributárias sobre empreendedores, trabalhadores e consumidores. [*Taquigrafia: Yasmim]*

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) – Mencionou a importância da educação como instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico e social, e destacou os exemplos da Coreia do Sul e da Polônia, países que alcançaram expressivo crescimento por meio de investimentos contínuos na educação, tecnologia e qualificação profissional.

Ressaltou que o desenvolvimento de uma sociedade depende de políticas educacionais consistentes e duradouras. Abordou a realidade de Santa Catarina e demonstrou preocupação com os resultados do Plano Estadual de Educação (2016–2025), cujos relatórios de acompanhamento apontaram o não cumprimento de grande parte das metas estabelecidas. Informou que apresentou pedido de informações à Secretaria de Estado da Educação e buscou esclarecimentos sobre os obstáculos enfrentados, as medidas corretivas adotadas e a elaboração do novo Plano Estadual de Educação.

Defendeu a necessidade de aprimorar a alfabetização, fortalecer o ensino de português e matemática, valorizar os professores, combater a evasão escolar e ampliar a formação profissional. Enfatizou que a educação exige planejamento, investimentos e continuidade das políticas públicas, independentemente das mudanças de

governo. Reafirmou seu compromisso com a educação e destacou que garantir oportunidades iguais de aprendizagem é essencial para construir uma sociedade mais justa e desenvolvida. *[Taquigrafia: Jênifer]*

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Relatou a recente formação de 970 policiais militares temporários no estado de Santa Catarina, destacando que o 12º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Balneário Camboriú, recebeu 30 desses novos efetivos. Ressaltou que a iniciativa representa um incremento real na corporação e informou que o governador Jorginho Mello já anunciou um novo edital para a contratação de mais mil policiais militares temporários, com previsão de ingresso em 2027.

Enfatizou a atuação decisiva da Casa Legislativa na aprovação dos postos de policial militar temporário e explicou que, somadas as duas etapas de contratação, o 12º Batalhão terá um acréscimo total de até 90 novos policiais. Observou que essa recomposição é extremamente expressiva para a região, que vinha sofrendo com a perda gradual de efetivo ao longo dos últimos vinte anos.

Analisou que embora o contingente ainda não atinja o patamar ideal exigido pelo crescimento populacional dos municípios atendidos, a medida sinaliza o início do cumprimento do plano de governo firmado em parceria com o Parlamento catarinense. Projetou ainda que, até o término da gestão, a corporação terá um acréscimo superior a dois mil policiais militares.

Pontuou que a segurança pública é a principal prioridade apontada pela população catarinense em pesquisas de opinião. Destacou que a área exige investimentos em tecnologia, educação e conscientização, mas sobretudo na valorização e expansão do efetivo de homens e mulheres a serviço do Estado. Enalteceu as entregas do Poder Executivo na área de segurança pública e registrou seu reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado. *[Taquigrafia: Ana Charlene]*

****

Partidos Políticos

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

****

Ordem do Dia

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0247/2026, 0265/2026 e 0553/2026.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0066/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóveis no Município de Iraceminha.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0081/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de São Miguel do Oeste.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0206/2026, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando à Secretária de Estado da Educação informações acerca do andamento das obras de reforma da Escola de Educação Básica Professora Maria Paula Feres.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0207/2026, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando à Secretária de Estado da Educação informações acerca da execução do Contrato nº 462/2021, referente à execução da obra de reforma e ampliação da Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0208/2026, de autoria da Deputada Carolline Sardá, solicitando à Secretária de Estado da Educação informações acerca da oferta de vagas para o ensino médio nas escolas estaduais de Florianópolis, especialmente na região norte da Ilha.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0278/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aos Policiais Militares 3º Sargento Elienar Farias e Cabo Ademir Josefino Joaquim Junior, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0644/2026, de autoria do Deputado Marcos da Rosa; 0645/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer; 0646/2026 e 0647/2026, de autoria do Deputado Pepê Collaço; e 0648/2026, de autoria do Deputado Carlos Humberto.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 3282 a 3285.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

****

Explicação Pessoal

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]